

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SETOR LITORAL**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO**



**ALESSANDRA DOS SANTOS**

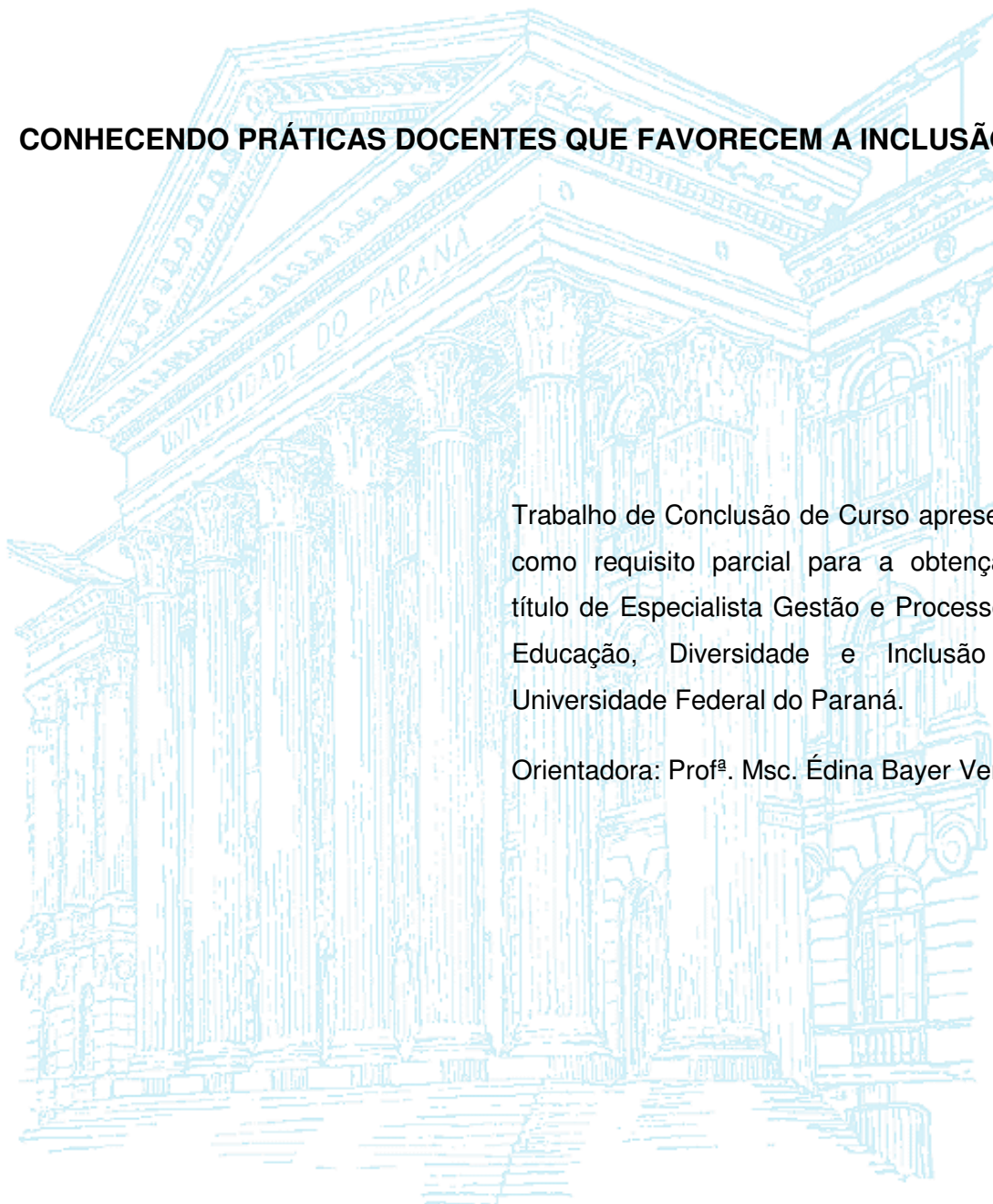
**CONHECENDO PRÁTICAS DOCENTES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO**

**MATINHOS**

**2015**

**ALESSANDRA DOS SANTOS**

**CONHECENDO PRÁTICAS DOCENTES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO**



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Msc. Édina Bayer Vergara

**MATINHOS**

**2015**

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.**

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática Diversidade e Inclusão os membros da banca examinadora: Edina Bayer Vergara (orientador), Maurício César Citona Aguiar e Silviana Lígia Keller para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Alessandra dos Santos

\_\_\_\_\_, sob o título: Conhecendo práticas docentes que favorecem a inclusão.

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Edina Vergara (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.

Edina Bayer Vergara  
 Orientador

Maurício César Citona Aguiar  
 Avaliador 1

Silviana Lígia Keller  
 Avaliador 2

Alessandra dos Santos  
 Cursista

## CONHECENDO PRÁTICAS DOCENTES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO

SANTOS, Alessandra dos.<sup>1</sup>

A maneira como o cidadão com deficiência era inserido socialmente foi sendo modificada com o passar do tempo. De um passado de não reconhecimento e por vezes abandono à morte, temos hoje em dia políticas de respeito, atenção, cuidado especial quando necessários e principalmente direitos antes inexistentes. A criança com deficiência está conquistando seu lugar na escola, espaço social antes restritivo e homogeneizador e os profissionais envolvidos nestes atendimentos estão com o passar do tempo se adaptando para compreender e atender-las da melhor maneira possível. A inclusão na prática exige mais do que acolhimento, mais do que apenas trazer a criança para dentro de uma sala de aula. Exige comprometimento do professor, que por vezes será confrontado em seu não saber, exige disposição em atualizar-se e principalmente a compreensão de que está acima de tudo, trabalhando com crianças. Estas crianças, acima de qualquer distúrbio, qualquer dificuldade, qualquer deficiência, são apenas crianças, que dentro do ambiente escolar possuem todas, os mesmos direitos de atenção, cuidado, respeito às diferenças e principalmente direito de aprender. Na elaboração do trabalho além das pesquisas bibliográficas observei a prática diária em espaços onde a inclusão já acontece e pude observar que enquanto em algumas escolas o processo acontece de forma mais simples, em outros ainda há o que se avançar. O mais importante é perceber que os passos, embora lentos estão sendo dados, em direção à uma sociedade mais justa para todos.

**Palavras-chave:** Inclusão. Crianças. Ensino Regular.

---

<sup>1</sup>Licenciada em Pedagogia – 2009/Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE. Pós Graduada em Educação Especial - 2012/ Instituto Superior de Educação de Guaratuba – ISEPE. Pós Graduada em Educação Especial - Educação Bilingue para Surdos - 2013/ Faculdade de Tecnologia America do Sul. Professora da Rede Estadual de Ensino no Município de Guaratuba - PR. E-mail: ale\_sadzinski@yahoo.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A evolução das relações sociais, de trabalho e de cultura se transforma constantemente. Da mesma forma, o passar do tempo foi transformando a maneira como a criança era vista na sociedade e também a forma como a criança com deficiência era tratada e valorizada.

As últimas décadas marcaram grandes esforços governamentais para fazer valer o direito de todas as crianças à educação, independentemente de sua cor, classe social, religião e principalmente habilidades e/ou dificuldades em aprender. A escola, antes um espaço de homogeneização e conseqüentemente exclusão, agora abre suas portas para todos, mas além do acolhimento, precisa repensar diariamente sua prática para que a inclusão aconteça de fato.

O presente trabalho mostra através da revisão na literatura a evolução do processo inclusivo bem como através de observação direta da prática, pincela os pontos positivos e negativos presentes nos dias de hoje.

## 2. CONHECENDO PRÁTICAS DOCENTES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO

### 2.1. O histórico do atendimento ao indivíduo com necessidades especiais

A História da Humanidade nos revela a evolução no tratamento dispensado às pessoas com deficiência ou na forma como a sociedade enxergava a pessoa com deficiência.

Segundo Gugel (2010), no Egito Antigo, as pessoas que apresentavam alguma deficiência conviviam normalmente com as pessoas consideradas normais. Na Antiguidade Clássica por outro lado, havia discriminação e as pessoas com deficiências eram abandonadas segundo Silva (2010). Na Grécia Antiga o ideal do corpo perfeito fazia com que o Estado inspecionasse as crianças garantindo que fossem sadias e fortes. As crianças mais fracas e com deficiência eram abandonadas à morte segundo Pessotti (1984).

Emmel (2002) relata que na Roma Antiga cabia ao pai decidir se a criança, principalmente do sexo feminino ou com alguma deficiência, iria viver ou morrer. E que na Idade Média a concepção cristã acabou modificando a forma como a sociedade enxergava a criança com deficiência. Sendo considerados todos filhos de Deus, deveriam ser aceitos em suas imperfeições, embora na Idade Média, a deficiência era vista pela Igreja como um castigo de Deus pelos pecados cometidos. Segundo Pessotti (1984, p.6): “Muitos chegam a admitir que o deficiente é possuído pelo demônio, o que torna aconselhável o exorcismo com flagelações para expulsá-lo”.

A criação do primeiro Hospital de Caridade no século IV, no Império Romano, segundo Gugel (2007) também mostra o avanço da sociedade no atendimento à pessoas indigentes e com deficiências, que mesmo rejeitados pela sociedade, recebiam acolhida.

No Brasil, a acolhida das crianças rejeitadas pelas suas famílias, deu origem à roda de expostos, onde religiosas recolhiam as crianças em sistema de orfanato provendo suas necessidades básicas com ajuda da Igreja. As primeiras surgiram em Salvador no ano de 1726 e no Rio de Janeiro em 1738.

Na Idade Moderna segundo Kassar (1999, p.4): “houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para

mendigar”. Isso fez com que a sociedade começasse a olhar com outros olhos para estas pessoas.

A Revolução Industrial por outro lado, reforçou o sentimento de inferioridade dispensado aos deficientes, uma vez que todos passaram a ser enxergados apenas como mão de obra para as fábricas. Buscou-se também segundo Fonseca (2000) a abertura do mercado de trabalho principalmente fabril e repetitivo para portadores de deficiências, no objetivo de suprir a carência de mão de obra. Por outro lado, o trabalho fabril em si também se tornou o causador de deficiências, pois muitas pessoas acabavam mutiladas em acidentes de trabalho fazendo com que a sociedade começasse a mudar a sua visão sobre esta questão.

No Brasil o atendimento às crianças cegas começou no ano de 1854, através da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos pelo Imperador Dom Pedro II. Alguns anos após, foi criado o Instituto de Surdos Mudos que atendia crianças em sua maioria abandonadas pelas famílias.

Em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, para atender pessoas com deficiência mental e em 1945 os primeiros atendimentos educacionais para pessoas com superdotação. Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Rio de Janeiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 também abrangia e garantia o atendimento às pessoas com deficiência, demonstrando seus direitos de atendimento, preferencialmente no sistema geral de ensino.

Anos depois, em 1973, surge o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, numa iniciativa do Ministério da Educação buscando impulsionar ações de atendimento às pessoas com deficiência, no entanto, o caráter ainda era assistencialista e as atividades isoladas.

No século passado, os avanços sociais no que tange ao atendimento às pessoas com deficiência foram muitos, principalmente na criação de objetos de apoio que facilitassem a vida e locomoção delas, trazendo então maior liberdade pessoal. Educacionalmente a sociedade passou a se organizar melhor para atender a pessoa com deficiência em suas necessidades, considerando-a como um cidadão de direitos.

Diferentemente de muitos pesquisadores anteriores que estudavam a criança deficiente, Vygotsky concentrou sua atenção nas habilidades que tais crianças possuíam, estas que poderiam formar a base para o desenvolvimento de suas capacidades integrais. Interessava-se mais por suas forças do que por suas deficiências. (LURIA, 2001, p.34).

A visão governamental, no entanto, buscava integrar a pessoa com deficiência, treinando-a principalmente ao mercado de trabalho, ou seja, buscando suprimir suas carências com o desenvolvimento de habilidades que lhes garantisse uma vida produtiva e menos onerosa ao estado. As escolas especiais neste contexto separavam as crianças ditas “normais” das crianças “especiais” na busca da “homogeneidade”. Aí surge o termo inclusão social que neste contexto significava:

Processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001, p.19).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios norteadores das políticas educacionais, destacando que preferencialmente o ensino deveria ser realizado dentro da escola regular para “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º inciso IV).

Alguns anos depois, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial reforçava a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais às classes comuns do ensino regular.

Nesta época, onde a inclusão foi apontada como parte dos direitos humanos, é que ela ganhou espaço nas discussões educacionais a nível mundial, embora até a atualidade, ainda se note deficiências na efetiva prática das atividades inclusivas e reconhece-se a necessidade de avanços no que tange não somente ao acolhimento da criança no ensino regular como também à garantia de qualidade em seu atendimento.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio



de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (PEEI, MEC, 2007)

A oferta de ensino especial em outro ambiente, senão a escola regular, já caracterizava em si uma exclusão do processo. Por que a criança com deficiência ou necessidades especiais não poderia ter o direito de conviver com outras crianças, socialmente consideradas normais. A inserção e interação social era um dos grandes objetivos de se levar a criança para a escola tradicional, para conviver com crianças da mesma idade e ser incluída, aceita, acolhida.

As práticas de inclusão ainda são recentes no Brasil. Este processo ainda caminha a passos lentos. O objetivo inicial era a fusão do ensino regular com o ensino especial que garantisse o acesso ao mesmo ambiente escolar para crianças consideradas normais e para crianças que apresentassem algum distúrbio de aprendizagem ou o que conhecemos hoje como Transtornos Globais de Aprendizagem. Houve inclusive uma época onde cogitou-se o fechamento das APAEs o que causou muitos comentários principalmente no meio educacional.

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu no ano de 1994 em Salamanca, nosso país firmou compromisso no sentido de reorganizar seu ensino para garantir não somente o acesso do aluno com necessidades especiais de aprendizagem no ensino regular como também a garantia de qualidade no atendimento que lhe seria dedicado.

Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. (UNESCO, 1994).

Os compromissos assumidos pelo nosso país no sentido de atender o portador de necessidades especiais realizando sua inclusão no ensino regular fez surgir normatizações através de leis.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, por exemplo, já garante o atendimento aos portadores de necessidades especiais dentro da escola de ensino regular conforme explicita:

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino

regular. [...] O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Outra conquista no atendimento à pessoas com necessidades especiais se deu com a Lei nº10.436/02 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio de comunicação e expressão determinando sua difusão e inserção nos currículos de cursos de formações de professores e fonoaudiólogos. O sistema Braille de grafia para a língua Portuguesa também foi normatizado nesta época em todo o território nacional.

O Programa Educação Inclusiva, criado pelo MEC em 2003 também buscava preparar gestores e professores para o ensino inclusivo com respeito à diversidade e garantia de acesso de todos à escolarização.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU estabeleceu normatizações para garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

Além disso, no ano de 2007 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva buscava não somente garantir o acesso bem como a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação garantindo apoio especializado, acessibilidade, participação social e familiar, articulação de políticas públicas e preocupação na formação de professores para o atendimento especializado.

A educação dos alunos com necessidades especiais na escola regular não pode dizer respeito somente a alguns dos professores de um centro educacional, nem deve ser unicamente um objetivo de um reduzido grupo dos mesmos. Deve ser vista, pelo contrário, como uma tarefa conjunta que faça com que este objetivo esteja entre os principais e prioritários do colégio. (Coll, Palácios e Marchesi, 1995, p.19)

Como se pode observar, ao longo dos anos, diversas medidas foram sendo tomadas e ajustadas no sentido de tornar o ensino regular um espaço de inclusão. Fazendo com que crianças com necessidades especiais pudessem ser acolhidas atendidas e desenvolvidas em suas capacidades.

## 2.2. A teoria na prática docente

Como se pode observar o compromisso do Estado com a inclusão dos alunos com deficiências e necessidades especiais no ensino regular, foi ano após ano sendo regulamentados através de leis e políticas educacionais.

No entanto, há que se questionar sobre o aspecto mais importante do processo inclusivo, o preparo do professor docente para acolher esta criança, compreender suas necessidades e desenvolvê-la em suas potencialidades.

As observações e conversas que realizei em escolas onde há alunos inclusos no município de Guaratuba, estado do Paraná, mostram por um lado, a realidade de professores que não estão preparados teoricamente e psicologicamente para atender à diversidade de alunos em sua sala de aula, por outro lado mostram o interesse de profissionais que mesmo sem conhecimentos teóricos necessários, se mostram dispostos a assumir os desafios e aprender com a prática e a buscar os conhecimentos necessários. Entre os profissionais, há aqueles que defendem o processo de inclusão e ainda há aqueles que demonstram preconceito, talvez pela falta de conhecimento de determinadas necessidades especiais que confrontariam o profissional com seus saberes, ou com a falta deles, também pude observar o desconhecimento não somente legislativo como também dos avanços das políticas educacionais, dos direitos das crianças com transtorno de aprendizagem que devem ser respeitados e a escola precisa avançar rumo ao atendimento com qualidade.

A escola regular vem de um histórico de homogeneização e exclusão. O aluno que não conseguia acompanhar o conteúdo era responsável pelo seu fracasso e por vezes, saía do processo. Outros, sequer participaram dos números oficiais, ficando completamente excluídos das políticas públicas educativas. Levantamentos oficiais realizados com base nos dados de atendimentos do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) estimam que cerca de 140 mil crianças e jovens estão fora do processo educativo devido a alguma deficiência embora haja ênfase no progresso destes números em comparação com o ano de 2007 quando a quantidade de excluídos era superior a 300 mil.

No caminho da escola inclusiva buscou-se atender melhor o aluno tomando para si a responsabilidade de sua aprendizagem e buscando alternativas de atendimento individualizado para garantir o sucesso escolar.

Novos conhecimentos que foram sendo introduzidos à prática diária também acabaram por mostrar que a individualidade, a diferença, por vezes alguma dificuldade de aprendizagem não era exclusividade de crianças com deficiência. Que alunos, classificados como normais também apresentavam maior ou menor habilidade para a realização de determinadas tarefas e compreensão de conteúdos, principalmente relacionados aos abstratos conceitos matemáticos. Esta constatação demonstrou a importância do papel do professor enquanto intermediador do conhecimento, o respeito às diferenças individuais e a busca pelo atendimento individualizado sempre que o aluno não conseguir vencer as barreiras que se sobrepõe ao seu aprendizado.

O conceito de inclusão também demonstrou a necessidade não somente de realizar adaptações curriculares, colocando o aluno incluso em posição de débito, como alguém que precisa cobrir lacunas para se adequar ao que a escola pretende ou exige dele, mas de flexionar o currículo, adequando-o às limitações individuais de aprendizagem, humanizando-o.

Um sistema educacional que fornece inclusão total baseia-se nas seguintes crenças e princípios: todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em escolas locais, [...] recebem programas educativos adequados, [...] recebem um currículo relevante às suas necessidades, [...] participam de atividades curriculares e extracurriculares e beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade. (PACHECO, 2007, p.14)

Pode-se dizer que esta é uma faceta mais difícil para que a inclusão realmente ocorra, pois ao final do ano espera-se que o aluno, considerado normal ou incluso, demonstre certas habilidades e conhecimentos para prosseguir seus estudos, o que mostra que em algum momento, a escola ainda busca a homogeneização, mesmo que durante todo o processo a escola se preocupe em abrir seus horizontes para novas possibilidades.

Acredito que com o passar do tempo e com o amadurecimento das políticas que já garantiram o acesso às crianças que antes eram completamente marginalizadas, como, por exemplo, a Resolução 02/2001 que instituiu Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, bem como a PL nº 7699/2006 que trata da Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 10172/2001 que aprova vinte e oito objetivos para a educação de pessoas com necessidades

especiais, a Lei n 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, o Decreto nº 5.626/05 que dispõe sobre a inclusão de LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de LIBRAS bem como o Decreto nº 6.571/08 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, façam com que haja uma maior compreensão do papel da escola enquanto instituição que deve garantir não somente a permanência a nível de socialização, como também o sucesso escolar de todos os alunos, tendo ele deficiência, transtornos globais ou mesmo, apenas dificuldades pontuais de aprendizagem.

Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural, em salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (KARAGIANNIS, STAINBACK, STAINBACK, 1999, p.21)

Embora as leis venham a garantir direitos, ou normatizar condutas, é de suma importância que os profissionais a quem elas diretamente se referem sejam informados de forma objetiva e qualificados para que realmente consigam colocar em prática, o que é proposto. De nada adianta, garantias em formatos de leis, enquanto os agentes responsáveis pelo cumprimento e efetivação destas políticas, seguem suas rotinas aquém do que é proposto.

Os cursos de formação também deveriam dedicar maior espaço em sua grade curricular para debates, discussões e conhecimentos referentes não somente deficiências como qualquer dificuldade que deva ser superada em busca da aprendizagem. Observa-se na prática, que em alguns momentos o profissional se sente perdido, sem saber como agir frente a qualquer situação desconhecida e isso gera um desconforto quando em sua sala de aula, há o acolhimento de um aluno com Transtornos Globais de Aprendizagem ou com deficiência motora, o que tira o professor de sua zona de conforto e o leva ao desafio de vencer os seus preconceitos em relação a esse aluno, em aprender a trata-lo e a mostrar para os demais alunos como ele deve ser tratado para que estes também o acolham em suas diferenças e principalmente procurar alternativas curriculares, adaptar atividades, despender maior tempo na preparação dos conteúdos para atender individualmente, embora atualmente, deve-se flexionar o currículo em diversas situações, não somente em casos de alunos já avaliados.

De acordo com as características apresentadas pela criança, há o apoio individual especializado ou a realização de atendimento especializado em sistema de contra turno onde a escola realizará o cronograma de atividades de acordo com as necessidades da criança. O atendimento individualizado no formato de professor acompanhante se dá quando há principalmente a ocorrência de deficiência motora como também em casos de surdez.

No contexto dessas dificuldades encontradas pelos surdos, considera relevante questionar como os surdos se encontram "incluídos" nas salas de aula no ensino regular. "Quase sempre, a prática nos mostra que esses alunos encontram sérias dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, em abandono num canto da sala de aula, ou em tantas outras situações de dificuldades (MATTOS, 2001 apud PEREIRA. MAROSTEGA, 2002, p.16)

Atualmente, o acompanhamento de um professor especializado objetiva acabar com situações como a descrita acima. O professor com especialização em LIBRAS lhe prestará atendimento individualizado, realizando principalmente a adaptação das atividades que a professora do ensino regular vai trabalhar com os demais alunos, para que esta criança também realize suas aprendizagens.

Para que este atendimento tenha sucesso, é de grande importância o entrosamento entre a professora de apoio e a professora normal da sala, que irá transmitir os conteúdos com antecedência para que haja o tempo hábil para a realização da adaptação.

O aluno, mesmo contando com o apoio de uma professora que realizará um atendimento personalizado, também deve se sentir acolhido pela professora normal da sala, bem como pelos demais alunos, principalmente na realização de atividades coletivas, tempo de recreio onde ficará em contato direto com as demais crianças da escola e qualquer outra atividade que seja realizada. A inclusão não se restringe a presença física da criança dentro de um espaço com crianças ditas "normais". Ela tem o sentido mais amplo de acolhimento, do aluno que se sente parte daquele todo chamado sala de aula, que não se sente discriminado pelos colegas, que consegue adquirir confiança em suas capacidades e principalmente aprende a aprender.

A criança considerada normal sofre uma pressão social para que tenha sucesso escolar e avance em seus estudos. No caso da criança com deficiência, aparentemente a sociedade a enxerga com olhos mais benevolentes e não espera tanto dela, de modo que, caso ela não consiga o sucesso, seu insucesso será menos

cobrado ou perdoado, faceao compromisso social por vezes se observa o professor que faz de conta que trabalha com determinados alunos em sala, mas que na prática, o abandona ou prioriza aqueles que terão melhores resultados.

Quando inexistente entrosamento entre a professora acompanhante e a professora regente de sala, o maior prejudicado será o aluno. O mesmo entrosamento deve existir quando este aluno realiza atividades em contra turno como, por exemplo, a frequência em Sala de Recurso Multifuncional. A harmonia entre profissionais no ambiente escolar é de extrema importância para que a inclusão aconteça na prática. Até porque estamos falando de dois profissionais distintos: o professor da Sala de Recurso Multifuncional é um profissional com formação especializada. Que tem maiores conhecimentos, que sabe o que fazer enquanto muitas vezes o professor da sala regular tem uma formação básica que não contempla de forma adequada o trabalho que deve ser realizado com crianças que apresentam dificuldades. Muitas vezes, apenas pela questão da comunicação o professor do ensino regular se sente diminuído em relação ao outro profissional e não aceita suas instruções ou sua “intromissão” em sua sala de aula sem entender que na verdade sua ação é em benefício do aluno.

A sala de recursos multifuncional são também um complemento ao ensino regular, onde busca-se através de atendimento personalizado o desenvolvimento de atividades que levem o aluno a superar os obstáculos que o impedem de aprender ou o desenvolvimento de suas habilidades e inteligências.

Como as atividades são realizadas em período de contra-turno é importante que a professora que atende na sala de recurso passe o dia na escola, para que possa ter contato direto com a professora regente de sala e acompanhe sempre in loco, os progressos do aluno atendido, até porque o objetivo do atendimento é a superação das dificuldades que impedem a criança de aprender.

O atendimento individualizado na sala de recurso também favorece não somente a constatação mais direta das dificuldades que precisam ser trabalhadas bem como dará maior qualidade ao processo de aprendizagem ou estimulação ao qual o aluno estará sujeito.

De acordo com Alves (2006, p.14):

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No

atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Os cursos de formação, embora em atendimento às leis, demonstram estar se adequando e inserindo em seus currículos conhecimentos específicos para preparar o profissional, ainda se distanciam da realidade de sala e o professor será sempre aquele que deverá dar conta da situação. Será aquele que tendo boa vontade buscará apoio, conhecimento e vai aprender com a prática a atender com qualidade seu aluno.

Nesse sentido, as equipes pedagógicas das escolas tem sido a âncora que apoia o professor quando este não possui experiência prática para agir frente a situações novas, principalmente no que tange à inclusão de alunos com necessidades especiais. O fortalecimento dos laços entre a equipe pedagógica e os professores da escola é um ponto positivo que favorece também que o ambiente escolar se torne mais inclusivo e as práticas tenham sucesso.



### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inclusão não se restringe à abertura do espaço escolar para todas as crianças, é muito mais do que isso que se espera. A criança que apresenta algum distúrbio, deficiência ou dificuldade de aprendizagem precisa mais do que o acolhimento, ela precisa ter seu direito de aprender assegurado.

Para isso é essencial que se invista não somente na criação de leis que garantam a inserção e permanência da criança na escola, é preciso investir na formação dos professores. Estes são os agentes principais para que a inclusão aconteça de fato. São os professores, que precisam aceitar que a inclusão é uma realidade no ambiente escolar e atualizar-se a ela, abrir sua mente para compreender que a criança ali sob seus cuidados vai merecer uma atenção especial caso seja necessário e que faz parte de seu compromisso educacional assegurar o atendimento.

É preciso abraçar a causa. É preciso olhar a criança não em suas faltas, não naquilo que ela não pode, não consegue, não sabe, mas em suas habilidades, em suas potencialidades e reaprender caso seja necessário.

O confronto com o não saber ao ter em suas mãos uma criança que lhe requer conhecimentos que por vezes não existe, é desconcertante e torna o processo inclusivo algo ainda mais difícil para a criança, para o professor, para toda a escola.

Enquanto em alguns locais a inclusão acontece de forma harmônica, com toda equipe envolvida, abraçando a causa, contribuindo para que tudo dê certo, em outros espaços, ela ainda acontece de forma mais difícil, com maiores barreiras a ser transpostas.

De qualquer forma, é importante ressaltar que embora se perceba que a estrada é longa e ainda há muito por se aprender, compreender e fazer, os passos estão sendo dados. Políticas públicas municipais, estaduais e federais estão sendo implantadas e na prática, os professores, alguns com maior velocidade e outros de forma mais lenta, estão compreendendo que a inclusão não é um dever, é um direito, um direito do aluno que deve ser respeitado enquanto cidadão único que merece ser atendido em suas diferenças e especificidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. Antares: Nobel, 1986.

ARANHA, Maria Salete. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em: Acesso em: 11 jun. 2009.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. [s.d]. Disponível em:< <http://www.slideshare.net/2010140795/a-pessoa-comdeficincia-e-sua-relao-com-a-histria-da-humanidade>>. Acesso em: 14/02/2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)> ACESSO EM 28/ de fevereiro de 2015.

MEC/SEESP **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

PEREIRA, M. Q.; MAROSTEGA, V. L. **Perspectivas Pedagógicas na Escola de Surdos de Santa Maria**. Revista do Centro de Educação. N 20. Disponível em: . Acesso em 04,nov. 2011. ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração Departamento de Ciências da Administração/ UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba. Ibpex, 2010.

UNESCO, **Declaração de Salamanca**. Disponível em <  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 26 de  
fevereiro de 2015.